

Internet e professores resultados de um inquérito online

Raquel Rego
Investigadora do ICS-ULisboa

Apresentação

Na sequência da colaboração encetada entre o SPGL e o [Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa](#) que deu origem ao artigo [The use of new ICTs in trade union protests – five European cases](#) publicado na revista do [Instituto Sindical Europeu](#), *Transfer*, em 2016, preparou-se agora um inquérito por questionário com o objectivo de conhecer as percepções dos utilizadores da Internet sobre o uso dado pelos sindicatos à Internet.

Entre Maio e Junho de 2016 foi, assim, dirigido um inquérito *online* a todos os professores da Grande Lisboa do ensino não superior, por meio da lista de contactos do SPGL e através da sua *newsletter*. Ainda que esta mediação possa ter desincentivado muitos de responder, a amostra aleatória obtida tem uma dimensão satisfatória, inclusive de professores não sindicalizados. Com efeito, obtivemos 774 inquéritos completos dos quais 20% são de professores não sindicalizados.

A composição desta amostra é representativa em termos socio-demográficos na medida em que a distribuição do sexo e idade aproxima-se da proporção real (77% mulheres e 23% homens; 52% com 50 ou mais anos). Outras características também se aproximam da distribuição real: 80% são professores do quadro e 15% contratados (restantes aposentados, desempregados ou noutra condição).

O inquérito procurou ser breve de modo a não desmotivar as respostas. É sabido que os professores são muito solicitados a colaborar em inquéritos. A tomada de decisão para a greve foi a ilustração escolhida da Internet como ferramenta auxiliar dos sindicatos. A sua pertinência é discutida a seguir.

Ainda que se possa pensar que as respostas são enviesadas à partida por estarmos a usar a Internet para obter respostas sobre o uso da própria Internet, importa dizer que, sabendo que os professores são um grupo profissional algo envelhecido, poderíamos deparar-nos com alguma diversidade na intensidade desse uso.

Enquadramento - Benefícios e desafios da Internet aos sindicatos

De um modo geral, a Internet tem sido considerada um aliado dos sindicatos. A Internet permite chegar mais depressa e mais longe, designadamente a trabalhadores que não têm tempo ou à vontade para participar em reuniões/contactar o sindicato. Além disso, a prática em diversos países mostra-nos que através da Internet surgem formas alternativas de acção como os *flash-mobs*, disponibilizam-se serviços (formação à distância, aplicações para telemóvel), etc.

Mas tem-se também chamado a atenção para o facto do uso da Internet pelos sindicatos depender, desde logo, do tipo de liderança sindical e do chamado *digital divide*. Os sindicatos são organizações burocráticas e a forma como se comunica e o que se comunica depende do que as suas direcções decidem (com base em recursos, valores e outros constrangimentos). Além disso, é preciso que o meio de comunicação seja adequado ao público-alvo e nem todos os trabalhadores estão habilitados a usar um computador ou *smartphone*, apesar deste “fosso” estar a diminuir.

Recentemente, percebeu-se que a Internet também empodera organizações e indivíduos que desafiam os sindicatos. O caso português no sector da educação é um bom exemplo de como *blogs* surgiram como “voz” paralela à dos sindicatos.

A Internet também ajuda os sindicatos a consultarem os sócios de forma expedita. O movimento sindical britânico tem exigido [que o “deixem ser digital”](#). Tendo em conta que a [Thatcher](#) impôs o [voto secreto e uma participação mínima de 30%](#) para se declarar greve, limiar que aumentou para 50% em 2016, a [TUC](#) reclama o voto electrónico para lidar com as dificuldades acrescidas de mobilização.

Importa esclarecer que o voto (electrónico) é utilizado por muitos sindicatos, alguns inclusivamente prevêm-no nos seus Estatutos (como sucede na Alemanha), mas trata-se de mecanismos criados pelos próprios sindicatos e não por imposição selectiva do Estado.

Resultados – Percepção positiva sobre a Internet

Uma primeira evidência dos resultados do inquérito é que, para além das fontes oficiais (escola e ministério) e dos colegas, os sindicatos são para os professores do quadro (50% - professores contratados 36%) a principal fonte de informação sobre matérias laborais, enquanto para os professores contratados é a blogosfera e redes sociais que surgem primeiro (46% - professores do quadro 23%).

Estando perante uma amostra que utiliza muito a Internet (92% usa diariamente para fins laborais e 87% para fins pessoais), não surpreende que para a maioria dos respondentes a forma de comunicação dos sindicatos mais útil seja o *Email* (65%). No entanto, poderá ser entendido como baixo o número de respondentes que valoriza o *site* e o Facebook do sindicato. Os professores contratados parecem ainda assim usar mais o Facebook do que os do quadro (23% contra 14%).

A grande maioria considera que a Internet permite dar a sua opinião mais facilmente (77%), assim como proporcionar opiniões diferenciadas (66%),

mas também considera que os sindicatos a têm usado essencialmente como forma de substituição dos meios tradicionais (65%).

Relativamente ao voto para decidir uma greve, os professores do quadro mais do que os contratados manifestam grande disposição para participar (74% contra 55%). De notar que a taxa de não resposta a esta pergunta é importante, sobretudo para os contratados (18% e 37% respectivamente). É de admitir que a situação precária dificulta uma tomada de posição clara sobre uma forma de luta que implica redução de rendimentos e que é feita no quadro de um sindicato do qual estão mais afastados.

Os valores sobem e aproximam-se entre professores do quadro e contratados quando a pergunta é sobre o voto electrónico. Com efeito, 80% dos do quadro e 74% dos contratados dizem que votariam pela Internet se fosse possível. Nesta pergunta há menos professores contratados a não responder (23%). De um modo geral, o voto electrónico é entendido como permitindo a parti-

cipação de todos (83%), não sendo um processo complicado (73%) e, sendo anónimo, é considerado mais livre (59%).

Finalmente, procurando identificar alguma correlação entre os subgrupos analisados e as percepções, podemos dizer que a associação mais forte é a de que os dirigentes/delegados sindicais vêem mais o voto electrónico como sendo complicado e inseguro. As mulheres e os mais novos parecem ser menos “pessimistas” face à Internet. Mas só um estudo mais aprofundado permitir-nos-ia fazer afirmações com certeza.

Em síntese, parece haver um maior recurso dos professores do quadro ao sindicato e dos contratados à Internet como fonte de informação. A percepção sobre a Internet é positiva, embora se conclua que os sindicatos não estão a tirar todo o proveito da Internet. A adesão ao voto e sobretudo ao voto electrónico para decidir de uma greve é grande. Os líderes sindicais serão os mais reticentes ao uso do voto electrónico.

Conclusão

Para terminar salientáremos dois resultados. Primeiro, parece existir uma diferenciação de percepções entre professores do quadro e contratados, mais do que entre outros com diferentes atributos sociodemográficos ou relação com os sindicatos. Segundo, os líderes sindicais parecem ter uma percepção menos favorável ao uso do voto (electrónico) do que quaisquer outros.

Para a compreensão destes resultados valerá a pena, por exemplo, confrontá-los com a experiência de outros países. E não podemos deixar de ter presente que a segmentação do mercado de trabalho tem reflexos nas atitudes e comportamentos. Conhecer melhor para envolver mais os trabalhadores precários é um desafio actual que se coloca, de resto, ao movimento sindical de um modo geral.

Finalmente importa reconhecer que uma das limitações deste inquérito é que incide sobre percepções, pelo que há que admitir que as práticas possam ser distintas.■

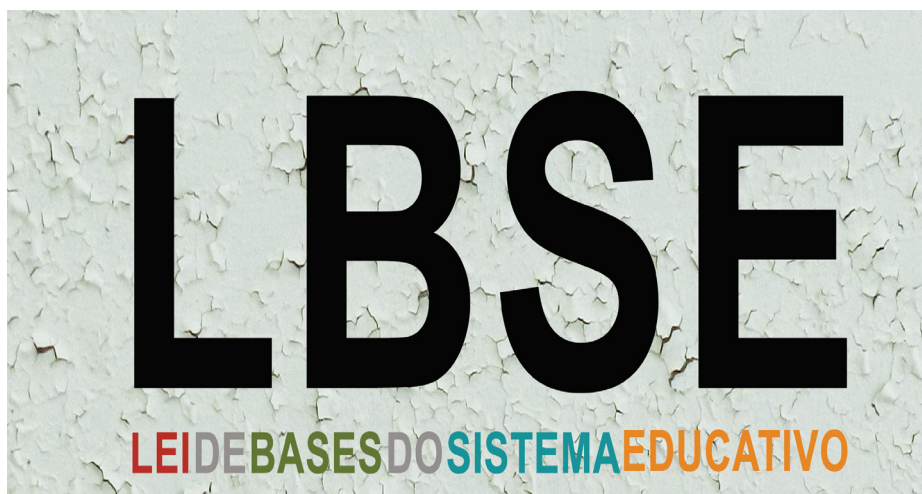
Nota: A autora não utiliza o novo acordo ortográfico

Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação

Lígia Galvão
Dirigente do SPGL

A 14 de Novembro, no Instituto Politécnico de Leiria, decorreu um seminário promovido pelo Conselho Nacional de Educação, inserido num ciclo sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo, sendo este dedicado ao tema “Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação”.

Participaram membros do CNE, professores e investigadores das Universidades de Lisboa, Aveiro e Minho, autarcas e membros dos sindicatos de professores.



Estiveram em discussão aspetos ligados ao estipulado na alínea g) do artigo 3º da LBSE, sobre como “descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação

às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”.

O professor João Manuel Pinhal (U. Lisboa) deu conta das principais dificuldades encontradas, referindo que as